



**IDENTIDADE OFICIAL E HEGEMONIA POLÍTICA NO “GOVERNO DA FLORESTA”:**  
um olhar sobre a apropriação político-mercadológica de identidades tradicionais no  
governo do Acre entre 1999 e 2006

Isac de Souza Guimarães<sup>1</sup>  
Thaiane Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como propósito analisar as relações entre governo, mídia e movimentos sociais no Acre, em suas interseções com a questão ambiental e a problemática do desenvolvimento econômico. Aborda a construção de um discurso de caráter étnico-ambiental sintetizado no conceito de florestania, o qual se presta a legitimar ideologicamente, por meio de um suposto resgate da cultura e das práticas extrativistas, uma intensa mercantilização de bens naturais, operada conceitual e mercadologicamente pela noção de desenvolvimento sustentável, disseminada nos mais diversos suportes midiáticos.

**Palavras-chave:** Discurso legitimador, identidade oficial, política cultural e ambiental.

**Abstract:** The present work has as purpose to analyze the relations between government, media and social movements in the Acre, in their intersections with the ambient question and the problematic of the economic development. It approaches the construction of a character speech of ethnic-ambiental synthesized in the florestania concept, which if gives to legitimize ideologically, through a supposed surrender of culture and practices of extractive, an intense commodification of natural assets, operated by the conceptual and marketing concept by the notion of sustainable development, disseminated in the most diverse media supports.

**Key words:** Speech legislator, official identity, cultural and ambient politics.

<sup>1</sup> Mestre. Universidade Federal Fluminense. E-mail: isacguimaraes@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada. Universidade Federal Fluminense. E-mail: thiane.moliveira@gmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

*Simbolicamente, podemos colocar uma porteira à entrada do Acre com os dizeres: pode entrar, mas saiba que aqui pensamos diferente sobre muitas coisas. Temos um conceito diferente do que é ser rico e feliz. Nós não aceitamos destruir o meio ambiente porque só vamos nos sentir bem com esse meio ambiente inteiro, belo e generoso. Também fizemos a opção por continuar humanos à moda antiga. Não nos fechamos para a modernidade, mas preferimos ser seletivos, expurgando o que vem de ruim no seu bojo. Queremos preservar as boas tradições e dar lições de civilidade ao mundo.<sup>3</sup>*

Após várias tentativas de chegar ao poder político-administrativo do estado do Acre no decorrer da década de 1990, o Partido dos Trabalhadores finalmente elege para governador, nas eleições de 1998, o engenheiro florestal Jorge Viana. No mesmo pleito elege, também, Tião Viana para uma vaga no Senado, ampliando para dois o número de senadores petistas pelo Acre. A outra já era ocupada por Marina Silva, que ficara conhecida como a primeira seringueira senadora no Brasil. Além dos irmãos Viana, conquistavam mandatos, seja na Câmara Federal ou na Assembléia Legislativa, várias outras lideranças do PT e de mais onze partidos que, com ele, compunham a Frente Popular do Acre (FPA).

Tão logo instalado, o “Governo da Floresta” – conforme denominação oficialmente adotada – amparado em um rigoroso controle dos meios de comunicação locais, inteiramente dependentes das verbas de publicidade do Estado, põe em marcha uma política de (re)valorização cultural denominada *florestania*, numa referência a um suposto resgate da cultura e dos modos de vida das populações da floresta, com especial destaque para seringueiros e indígenas.

No mesmo movimento, tem início um processo de reconfiguração da memória histórica local, priorizando fatos, eventos e personagens de maior interesse para o discurso em construção, via difusões midiáticas, visando à alimentação do imaginário social com referências que promovam uma identificação com valores de pertencimento como os mais legítimos para dizer do lugar, de seu povo, de suas lutas e, sobretudo, de seus heróis.

Amparado na enorme legitimidade construída a partir da disseminação desses valores, o “Governo da Floresta” passa a associar, aos alegados esforços de fortalecimento do fazer e das práticas extrativistas, princípios e práticas do conceito de “desenvolvimento sustentável”, ali tornados sinônimo de “manejo madeireiro”, materializados no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre. Introduce-se, assim, conceitual e praticamente, no

---

<sup>3</sup> Élson Martins, “Lições de Florestania”, Revista *Outras palavras*, Rio Branco, julho de 2002, editada pelo Governo do Estado do Acre num trabalho conjunto da Fundação Estadual de Cultura, Assessoria de Comunicação do Governo e Secretaria de Estado de Educação.



conjunto das atividades extrativistas – dentro das Reservas Extrativistas – a exploração madeireira e, em muitos casos, a agropecuária, a partir de agora consideradas sustentáveis, legitimadas simbólica e moralmente pelo caráter “ecologicamente correto” das atividades extrativistas tradicionais – extração de borracha e de castanha. Com a imbricação dos conceitos de “tradicional” e “sustentável”, opera-se uma colonização das práticas extrativistas por aquelas até pouco tempo consideradas suas maiores ameaças, tendo em vista os impactos socioculturais e socioambientais historicamente verificados na Amazônia.

Não obstante o rastro de destruição e morte legado por semelhantes formas de ocupação e produção, agora rejuvenescidas no discurso oficial, as “novas práticas” passam a figurar, também, como a materialização dos ideais do movimento social de seringueiros, os mesmos pelos quais teria lutado Chico Mendes, conforme anuncia o texto do jornal:

As idéias do Chico venceram e no poder estão agora seus amigos (...) Hoje, os herdeiros políticos de Chico Mendes ocupam o Ministério do Meio Ambiente - com a ex-seringueira Marina Silva -, duas das três vagas reservadas ao Acre no Senado, o governo do Estado e a prefeitura de Xapuri, onde antes o seringueiro era visto como inimigo do progresso. (...) Jorge Viana e Binho Marques [sucessor de Viana em 2006], parceiros em tantos projetos pelos seringais, são governador (segundo mandato) e vice; e tem o Lula na Presidência da República<sup>4</sup>.

Apoiado nesse construto discursivo que articula, via políticas públicas de comunicação e políticas de incentivo à exploração florestal, uma suposta revalorização da identidade local e o resgate de atividades produtivas “tradicionais”, o “Governo da Floresta” implantou um modelo de desenvolvimento baseado na progressiva mercantilização da natureza e das culturas locais. É a articulação discursiva desses processos na mídia local que analisaremos aqui, expondo sua mecânica interna na busca de construir significados sociais legitimados e legitimadores numa esfera pública cada vez mais deslocada para o âmbito das difusões midiáticas.

## 2. Resistência pela identidade?

Se seguirmos as pistas contidas na epígrafe que inicia este ensaio, nas imagens que constrói sobre a sociedade acreana, somos convocados a visualizar naquele momento histórico (2002) a prevalência de uma identidade estável, unificada e em perfeita coesão social e cultural, o que supostamente a imunizaria das intensas e, por vezes, desconcertantes transformações decorrentes dos processos de globalização econômica, (neo)liberalização dos mercados e aceleração dos fluxos informacionais. Somos levados, ainda, a visualizar um lugar

<sup>4</sup> Coluna Especial do jornal *Página 20*, de 28 de dezembro de 2003.



onde prevalece a solidez dos valores enraizados na tradição e na estabilidade da longa duração, que informam práticas solidárias de cooperação entre os agentes sociais desse ambiente idílico. Mais ainda, refere-se a um lugar que não só está protegido contra as tumultuosas experiências da modernidade, como, ao contrário, irradia suas referências e valores, levando “lições de civilidade ao mundo”.

Tratar-se-ia, seguindo as imagens ali construídas, de uma *comunidade*, no sentido atribuído ao termo por Castells (CASTELLS, 1999), como oposto ao da globalização e contra as mazelas por ela produzidas, na qual vem ganhando força um movimento de resistência aos imperativos econômicos e culturais próprios à lógica do mercado e das sociedades em rede. Ou seja, no momento em que crescem as ameaças de padronização cultural, muitas sociedades constroem trincheiras identitárias fundadas na vida em comunidade e reivindicam o direito de constituir seus próprios significados culturais como refúgio à fragmentação externa. A essas reações construídas em torno de referências identitárias mais localizadas o autor denomina *identidades de resistência*, distinguindo-as daquelas que chama de *identidades de projeto*, empenhadas em processos revolucionários, e *identidades legitimadora*, produzidas e alimentadas por instituições da sociedade no intuito de fortalecer o controle sobre os atores sociais e gerar conformidades em torno de interesses específicos (Ibid., p. 24).

Em sua análise das culturas e sociedades contemporâneas, Castells observa uma tendência de fortalecimento das *identidades de resistência*, exatamente por causa das posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas ocupadas pelos certos grupos sociais na lógica da dominação e exclusão em curso. Se seguirmos esta tendência, poderíamos ser levados a considerar o modelo comunal exposto como perfeitamente aplicável à política de identidade posta em marcha pelo “Governo da Floresta”, sob a denominação de *florestania*<sup>5</sup>.

Assume ainda a função de (re)ordenador de marcos da história e da memória acreana, ao selecionar, do conjunto de eventos da história local, três momentos considerados os mais importantes da trajetória local, cujos materiais são criteriosamente escolhidos para compor a narrativa oficial a ser disseminada, sobretudo, nos espaços midiáticos. Os momentos/eventos – com seus respectivos heróis – acionados nesse (re)ordenamento são os seguintes: I) as batalhas pela incorporação do território acreano à Federação Brasileira, no início do século XX,

---

<sup>5</sup> O termo, cunhado no final da década de 1990 por intelectuais ideólogos do PT acreano e membros de governos municipais e estaduais petistas, remete a um modelo de cidadania e de relações socioambientais, socioeconômicas e socioculturais adaptadas a uma vida na floresta amazônica, tendo como fundamentos os modos de vida, as práticas produtivas e os valores culturais das populações da floresta, como índios, seringueiros, colonos e habitantes das zonas rurais da região.





apontadas como eventos fundadores da história local, sacramentados pela assinatura do Tratado de Petrópolis, em novembro de 1903; II) os movimentos pela autonomia político-administrativa, entre 1957 e 1962; III) e o movimento extrativista de seringueiros, nas décadas de 1970 e 1980, como marco da luta pela terra contra a expansão das atividades agropecuárias e madeireiras, em articulação com preocupações de cunho ambiental.

Apesar dos efeitos positivos desse tipo de reorganização da história e da memória em termos de fortalecimento de vínculos identitários, uma análise cuidadosa das operações simbólicas postas em marcha, a começar pelo tipo de apelo ufanista mobilizado, bem como os interesses políticos e econômicos envolvidos, constatará fortes indícios de que o ideário constituído no discurso do “Governo da Floresta” em torno da noção de *florestania* seria, nesse contexto específico, mais adequadamente classificado como uma *identidade legitimadora*. Isto porque, submetidas a intensos efeitos estetizantes, as identidades locais são convocadas a alimentar uma identidade genérica, que passa ser ostentada e espetacularizada de modo a gerar um forte apelo afetivo, capitalizado na forma de receptividade política. A identificação coletiva alcançada com esse processo passa a conferir legitimidade a um novo arranjo de poder, supostamente incorporando lideranças e prioridades de grupos até então excluídos dos quadros decisórios, como índios e seringueiros.

No entanto, ao extrair legitimidade política e moral das reivindicações e conquistas alcançadas por esses grupos, o discurso da *florestania* estende tal legitimidade a um modelo de desenvolvimento, implementado oficialmente, que elege a exploração madeireira e a atividade agropecuária como carro-chefe do setor produtivo, contrariando radicalmente a concepção original do movimento de seringueiros para as Reservas Extrativistas. Além de se abrigar conceitual e simbolicamente no rol das práticas consideradas tradicionais, as atividades efetivamente fortalecidas passam também a ser associadas aos princípios do “desenvolvimento sustentável”, conceito apontado por muitos críticos como a nova metodologia de apropriação privada dos bens naturais pelo capital e responsável por garantir a continuidade da exploração dos recursos florestais por grupos empresariais, possibilitando um novo tipo de inserção local na lógica mercantil global, mas agora com uma fachada adaptada às exigências de um “consumo verde” no mercado internacional. Chegamos, assim, à identificação de um duplo efeito legitimador assumido por esse discurso de valorização étnico-ambiental, em termos políticos e econômicos, com amplos efeitos internos e externos, respectivamente.

Retomando o esquema proposto por Castells, no caso em questão a *identidade de resistência* – o movimento extrativista de seringueiros, opositor da ideologia do progresso



presente nos projetos de expansão agropecuária das décadas de 1970 e 1980 – consiste no principal capital simbólico e político mobilizado pelas instâncias agenciadoras. Essa resistência estabelece rupturas, produzindo, portanto, uma *identidade de projeto* expressa, sobretudo, no modelo de gestão territorial das Reservas Extrativistas proposto pelo grupo de Chico Mendes. Entretanto, os efeitos aglutinadores e a eficácia de tais estratégias de comunicação na geração de engajamentos são postos, na década de 1990, a serviço da legitimação de uma produtividade econômica e de uma concentração de poder reveladoras da permanência de antigas alianças – inicialmente sub-reptícias – com setores das velhas elites econômicas.

### 3. “Fachos de luz clareando os varadouros<sup>6</sup> da nossa identidade”<sup>7</sup>

Conforme indicado, o rigoroso agenciamento de significados sociais via controle dos meios de comunicação locais, em decorrência de sua fragilidade financeira e dependência da publicidade oficial, permitiu ao Governo da Floresta um expressivo consenso em torno de suas políticas, constituindo um imaginário amplamente vinculado ao ideário irradiado. De todas as transformações e processos engendrados ainda no primeiro governo de Jorge Viana (1999 – 2002), talvez um dos que mais encontrou eco no imaginário de parcelas significativas da população foi uma mudança na percepção dos vínculos com o lugar e com sua história. Como observa o próprio Jorge Viana, essa mudança se apresenta na forma de “um reencontro do Acre e do nosso povo com sua história, sua identidade, sua auto-estima<sup>8</sup>”.

A fim ilustrativo da reconfiguração do imaginário identitário, na imagem abaixo é possível observar que não se trata de uma comemoração dos cem anos **DA** revolução, mas de cem anos **EM** revolução, o que muda inteiramente a perspectiva, induzindo o evento representado não como um algo do passado rememorado no presente, mas como acontecimentos em curso.

<sup>6</sup> Sendas abertas na mata cerrada, com a finalidade de interligar as diversas unidades produtivas de um mesmo seringal, unidades estas chamadas de colocações.

<sup>7</sup> Élon Martins, “Amazônia, pacto de fé, faca amolada”. *Outras Palavras*, edição de abril de 2000, Fundação de Cultura do Estado do Acre.

<sup>8</sup> Jornal *A Tribuna*, novembro de 2007.



Reprodução de um fotograma de um vídeo institucional veiculado em 2003, por ocasião das comemorações do Centenário da Revolução Acreana.

A idéia de reencontro com um sentimento de identidade em muitos casos ganha contornos essencialistas, como em títulos de notícias e artigos que expressam o apelo afetivo impresso em certas publicações no seu trabalho de alimentação de imaginário<sup>9</sup>.

Em nossa leitura, o título que melhor define o momento cultural e político vivenciado no Acre, sob o agenciamento ideológico do discurso da *florestania*, é a construção da imagem de um estado modelo, com seus conflitos sociais e ambientais supostamente harmonizados e uma natureza fornecedora de riquezas e qualidade de vida para sua população. Ou seja, “uma grife” que assume múltiplas funções na reestruturação das relações de poder internamente, mas, principalmente, projeta externamente uma imagem estilizada, amparada num invólucro étnico destinado a atrair a atenção do capital para o comércio de bens que gozem de um caráter “sócio e ambientalmente correto”. Tal percepção se coaduna com a reflexão de Barbero (BARBERO, 2006: 61), quando avalia que na lógica que rege a relação entre as culturas na globalização, “a identidade local é conduzida para se transformar em uma representação da diferença que a faça comercializável, isto é, submetida a maquiagens que reforçam seu exotismo e a hibridações que neutralizem suas classes mais conflitivas”.

Desta forma, é possível verificar que nas políticas públicas postas em prática no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre<sup>10</sup> são os próprios seringueiros, ocupantes das Reservas Extrativistas, os atores sociais incentivados a aderir ao manejo madeireiro, abandonando as práticas tradicionais em prol de atividades mais rentáveis<sup>11</sup>. Através da lógica

<sup>9</sup> Outros títulos do Jornal *Página 20*: *O centro do mundo é aqui também*, 1 de maio de 2003; *Saudade, teu nome é Acre* – “No Acre o verde é mais verde que em outros lugares; a chuva; o ar; o cheiro é único. Saudade, teu nome é Acre, terra amada e jamais esquecida”, 3 de julho de 2003; *O Acre hoje é uma grife*, 30 de julho de 2003.

<sup>10</sup> Executado mediante diretrizes e financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, através do Contrato BID 1399/OC-BR disponível no sitio oficial do programa, no endereço [www.ac.gov.br/contratobid](http://www.ac.gov.br/contratobid).

<sup>11</sup> Alguns títulos e subtítulos de matérias que ilustram o manejo madeireiro na região: Jornal *Página 20*, *Manejo florestal: Possibilidade de reconciliação com a natureza - Recurso permite perpetuação da vida nos ecossistemas*,





vigente nos discursos, revela-se que a proposição da lei federal de exploração madeireira em terras públicas, “inspirada” na experiência do Acre, é considerada uma medida “em favor da preservação ambiental”, ou seja, a salvação via mercado. Por isso mesmo, ao caracterizar o modelo de desenvolvimento como “pragmático”, o faz em oposição a possíveis resquícios de outros modelos, considerados “utópicos”, e que, por não colocarem em primeiro plano os imperativos do mercado e as metas de acumulação, estariam impossibilitados de atender às demandas existentes. Por fim, uma vez tendo esse projeto – segundo esse ideário – sido gestado na luta política dos movimentos sociais liderados por Chico Mendes, cujos “companheiros”, no presente, ocupam as estruturas de poder público, seus ideais políticos e ambientais estariam necessariamente representados no Governo da Floresta e nos valores da *florestania*. Sob essa perspectiva, não mais haveria necessidade de embates no âmbito da política. Tratar-se-ia, doravante, de viabilizar as condições técnicas necessárias ao desenvolvimento, uma vez que os herdeiros da luta estão no poder.

Efetivamente, a consolidação das práticas referenciadas nos textos acima indicam, entretanto, a enorme fissura existente entre os agenciamentos ideológicos constituídos no discurso do “Governo da Floresta”, os valores culturais que afirma fortalecer e as práticas implementadas. Isso nos leva a compreender que a alegada revalorização da cultura e do fazer extrativista constitui mera cosmética destinada a fornecer uma imagem de cuidado ambiental e justiça social responsável por mascarar a intensificação da exploração econômica da natureza no mercado global, eliminando os embaraços tanto na extração quanto na venda de produtos florestais amazônicos, cuja autenticidade e benefícios são, doravante, garantidos pelo FSC<sup>12</sup>.

## CONCLUSÃO

Como se observa nos processos analisados, a viabilização do projeto de rentabilizar de forma privatista o patrimônio público natural exigiu um enorme trabalho simbólico de

---

*exploração de recursos milionários e qualidade de vida*, 8 de janeiro de 2003; *Jornal Página 20*, *Acre tem sua segunda área florestal certificada com selo verde do FSC - Seringueiros de Porto Rico vão poder vender madeira dentro da legalidade e vão ajudar a combater exploração predatória*, 24 de janeiro de 2003; *Jornal Página 20*, *Reservas extrativistas terão manejo sustentável - Ibama estuda liberar madeira, abate de animais silvestres e ecoturismo*, 5 de fevereiro de 2003; *Jornal O Rio Branco*, *Empresários apostam em madeira manejada e exportam mais*, 25 de março de 2007; *Jornal Página 20*, *Cidade de Porto Dias começa a realizar o sonho da certificação madeireira - Seringueiros se preparam para vender madeira de áreas manejadas, uma proposta de “ongueiros” como Jorge Viana*, 1 de abril de 2003.

<sup>12</sup> Conselho de Manejo Floresta, na sigla em inglês.





legitimação por meio da alimentação do imaginário social, de modo que tal apropriação fosse significada publicamente como a única opção capaz de gerar riquezas, conservar o meio ambiente e valorizar a cultura extrativista. Como os referenciais da cultura dos povos da floresta foram as matrizes manipuladas na produção de uma identidade genérica e sendo os estilos de vida dessas populações considerados, por si, sustentáveis, tem-se como efeito final de sentido que tanto o “Governo da Floresta” quanto qualquer iniciativa que dele proviesse seriam imediatamente considerados sustentáveis tanto sob o aspecto social quanto ambiental. É por meio dessa operação semiológica que a exploração madeireira é inserida e ressignificada no conjunto das práticas extrativista e reclassificada como atividade sustentável<sup>13</sup>. Tudo se torna, a partir de então, uma questão de denominação.

A instrumentalização dos referenciais extrativistas como invólucro para o conjunto das práticas de governo e para a reconfiguração da acreanidade de modo geral foi o caminho largamente trilhado pelas administrações do PT acreano, a partir do final dos anos 1990, como estratégia de legitimação política de seu grupo e de seu projeto. Nessa estratégia, o papel da mídia foi crucial e chegou a conferir a esse construto uma considerável ressonância regional, nacional e até internacional.

Em razão disso, em nossa concepção, não é difícil qualificar as configurações identitárias resultantes desse manejo dos símbolos e da memória local como um processo de construção de uma identidade fortemente legitimadora – para usar a expressão de Castells –, na medida em que mobiliza o imaginário social para fins de legitimação de um projeto político-econômico supostamente sustentável, porém amplamente referenciado na lógica de apropriação privada dos bens naturais pelo capital internacional

Apesar da ampla cooptação dos movimentos e lideranças sociais pelo governo, o que restringiu drasticamente as possibilidades de resistência e de crítica por parte dos movimentos, algumas vozes ainda encontram eco e conseguem romper o silêncio instituído, sobretudo graças às redes de informação constituídas via Internet. Dentre essas vozes, encontramos a do seringueiro e líder social Osmarino Amâncio, a quem as armadilhas ideológicas e vantagens oferecidas pelo poder não foram capazes de turvar o olhar crítico:

---

<sup>13</sup> Para citar alguns exemplos: conhecidos madeireiros se tornam *produtores florestais*; seringueiros, que (em grande parte) agora vivem de manejo madeireiro, para todos os efeitos continuam a ser “seringueiros”; as pastagens, fator de desmatamento para inserção da pecuária, também são agraciadas com o adjetivo indulgente da palavra “manejado”, tornando-se “pastagens manejadas” que, portanto, não trazem mais impacto ambiental; e o boi que vive nesse pasto ganha nova tonalidade, e passa a ser chamado de “boi verde”, deixando também de constituir fator de devastação.



Foram várias políticas que eles diziam que iam tirar o pessoal da pobreza. O pessoal aceitou tudo isso e nunca saiu da pobreza, esse filme eu já vi. A madeira é a mesma coisa, é a única coisa que falta pra eles, pro capitalismo realmente chegar e causar o pior desastre. Agora é o marketing da questão ecológica. Eles tão destruindo árvores de 500, 600, 800 anos e tão dizendo que as outras vão se recompor em trinta anos, em nenhum lugar do mundo onde foi feito o manejo que eles tão fazendo deu certo. (...) A gente não tava prevendo que o movimento social ia ser cooptado para o aparelho do Estado. (...) Hoje eu to convicto, muito consciente, de que o movimento social, sindicato, associações, tá tudo esperando que o governo faça tudo sabe, essas entidades ficaram tão dependentes que elas hoje não sabem fazer nada, não fazem uma assembleia se não for com o governo presente, não discutem mais as suas políticas. Hoje você vê o secretário de Governo dirigindo a assembleia no sindicato. (...) Mas eu não tô sonhando sozinho, eu acho que o movimento vai se levantar, essa é a esperança, porque eu ainda tenho energia. Então eu tenho sempre uma esperança, ela é infinita, eu acredito que o movimento pode até não se levantar rápido, mas até que eles causem essas destruições todas nós vamos ter tempo de se organizar<sup>14</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, César. *Nossos Verdes amigos. Teoria e debate*. v. 12, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, novembro de 1990.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 2), 2 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERNANDES, Marcos Inácio. *O PT no Acre: a construção de uma terceira via*. Natal: UFRN, 1999. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, Lucia M. A; Orrico, Evelyn G.D.(orgs.) *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 20ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Territorialidade Seringueira: geografia e movimento social*. Revista GEOgraphia – Ano 1 – Nº 2 – 1999.

GREGOLIN, Maria do Rosário (org).. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003 (coleção Olhares Oblíquos).

GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

<sup>14</sup> Entrevista publicada em maio de 2005 no sítio do **Centro de Mídia Independente**, no endereço <http://brasil.indymedia.org/en/red/2005/05/316041.shtml>, posteriormente publicada em PAULA, Elder Andrade de. **Trajatórias da Luta Camponesa na Amazônia Acreana**. Rio Branco: Edufac, 2006.



HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2003.

Martín-Barbero, Jesús. *Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século*. In: Moraes, Dênis de (org). *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MELO, Geraldo Lúcio de. *Imprensa e poder, impressões éticas*. In Paiva, Raquel (org). *Ética, cidadania e imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

PAULA, Elder Andrade de. *Trajetórias da Luta Camponesa na Amazônia Acreana*. Rio Branco: Edufac, 2006.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.